

**Parecer Técnico****Deferimento de Licença Ambiental Simplificada - LAS****PT Nº: 180920 / CLABI / SUIMIS / 2024****Processo Nº: 7001056/2024****Data do Protocolo: 03/05/2024****INFORMAÇÕES GERAIS DO PROCESSO****Interessado**

- **Nome / Razão Social:** PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BRASILÂNDIA
- **CPF/CNPJ:** 15.023.963/0001-88
- **Endereço:** Av. Vereador Genival de Nunes Araújo, 267, Centro - CEP: 78860-000
- **Município:** Nova Brasilândia - MT

**Propriedade/Obra ou Empreendimento:**

- **Denominação:** Construção ou Substituição de Pontilhões, Pontes e Demais Obras de Arte
- **Localização:** Ponte sobre o Rio Embira Branca, zona rural - CEP: 78860-000
- **Município:** Nova Brasilândia - MT
- **Coordenada Geográfica:** DATUM: SIRGAS2000 - W: 54:57:11,40 - S: 14:58:43,00

**Responsável Técnico:**

- **Nome / Razão Social:** AMANDA DE OLIVEIRA SIMÕES
- **Formação:** Engenheiro Ambiental - CREA : 46640

**Atividades Licenciadas:**

Não foi associado roteiro a este processo.

**ANÁLISE TÉCNICA****1. PROJETO PROPOSTO**

Trata-se de protocolo realizado no sistema eletrônico e-SAC, **Processo nº 7001056/2024**, do interessado **PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BRASILÂNDIA**, CNPJ: 15.023.963/0001-88, que solicitou a **Licença Ambiental Simplificada (LAS)** para a atividade de **CONSTRUÇÃO E/OU SUBSTITUIÇÃO DE PONTILHÕES, PONTES, E DEMAIS OBRAS DE ARTE** sobre o afluente do Rio Aricá e sobre o Rio Embira Branca, ambas localizadas na zona rural do município de Nova Brasilândia e situadas em estradas municipais.

**2. HISTÓRICO**

A licença ambiental simplificada foi requerida em 03/05/2024, sob o nº 7001056/2024;

Em 16/05/2024 foi realizada análise técnica dos autos e emitida notificação de pendências por meio do Ofício n. 193368/CLABI/SUIMIS/2024;

Na data de 09/08/2024 foram apresentadas pela responsável técnica as peças técnicas e/ou documentais em atendimento às exigências contidas no ofício de pendências emitido;

Assim, tem-se que o requerente apresentou integralmente a documentação solicitada nas notificações de pendências, bem como em atendimento ao termo de referência n. 177/SUIMIS/SEMA/MT, conforme as

características da atividade.

Os documentos apresentados pelo interessado foram conferidos quanto a sua forma e atendimento ao termo de referência, não consistindo em atribuição do órgão ambiental atestar a veracidade destes, sendo responsabilidade da requerente e do responsável técnico a autenticidade dos mesmos.

### 3. NOTIFICAÇÃO (ÕES) DE PENDÊNCIAS EMITIDA (S) E DEVIDAMENTE ATENDIDA (S)

- Ofício n. 193368/CLABI/SUIMIS/2024.

## 4. ANÁLISE E FUNDAMENTAÇÃO

### 4.1 LOCALIZAÇÃO GEOREFERENCIADA

A atividade está prevista ser instalada nos seguintes locais: Ponto 1: Afluente do Rio Aricá (14°34'55.20"S e 55°6'44.80"O) e Ponto 2: Rio Embira Branca (14°58'43.00"S e 54°57'11.40"O), ambas localizadas em zona rural do município de Nova Brasilândia - MT. Conforme o projeto técnico enviado pela responsável técnica, a atividade se refere à reforma de ponte de madeira.

Conforme consulta realizada na base do SIMLAM/SEMA, os empreendimentos não estão localizados em Área de Restrição de Uso ou amortecimento. Não estão localizados em Terra Indígena ou amortecimento. Não estão localizados em ARL cadastradas no órgão ambiental. Estão localizados em APP do afluente do Rio Aricá e do Rio Embira Branca, por se tratar de uma obra de arte de travessia de curso d'água (ponte de madeira).

A ponte localizada sobre o afluente do Rio Aricá se encontra inserida em Unidade de Conservação. Trata-se da APA das Cabeceiras do Rio Cuiabá, cuja unidade de conservação pertence ao Grupo de Uso Sustentável. Conforme o disposto na Resolução CONAMA N° 428/2010, Art. 5º, nos processos de licenciamento ambiental de empreendimentos não sujeitos a EIA/RIMA o órgão ambiental licenciador deverá dar ciência ao órgão responsável pela administração da Unidade de Conservação (UC). Considerando o Parecer n° 133/SUBPGMA/2021, no licenciamento de empreendimentos não sujeitos a EIA/RIMA, basta que o setor/órgão licenciador dê ciência ao setor/órgão responsável pela administração da UC. Por se tratar de unidade de conservação de jurisdição estadual, foi dada a devida ciência à Coordenadoria de Unidades de Conservação – SEMA/MT, por meio de processo instruído via Sistema SIGADOC (SEMA-CIN-2024/06426), conforme anexo. O local onde se encontra instalada a ponte de madeira é caracterizada como área consolidada, conforme base de referência da SEMA/MT. As pontes de madeira que serão objeto de reforma possuem via única.

A intervenção/supressão em Área de Preservação Permanente – APP, está assegurada pelo disposto no art. 8º, da Lei 12.651, de 25 de maio de 2012, onde estabelece que a intervenção ou a supressão de vegetação nativa em Área de Preservação Permanente somente ocorrerá nas hipóteses de utilidade pública, de interesse social ou de baixo impacto ambiental previstas naquela Lei.

### 4.2 ANÁLISE TÉCNICA DO PROJETO

Conforme o croqui de localização enviado pela responsável técnica, as atividades/obras serão implantadas na zona rural do município de Nova Brasilândia. Tratam-se de áreas antropizadas e consolidadas com a presença de estrada vicinal antiga e pontes de madeira de via única em uso que serão reformadas.

O licenciamento aborda a reforma de duas pontes de madeira com as seguintes dimensões: Ponto 1: Afluente do Rio Aricá com dimensão: 10,50m x 4,50m (14°34'55.20"S e 55°6'44.80"O) e Ponto 2: Rio Embira Branca com dimensão: 32,00 x 4,50m (14°58'43.00"S e 54°57'11.40"O). Trata-se de obra de arte caracterizada como sendo de utilidade pública, conforme disposto na Lei 12.651/2012. A legislação define utilidade pública as

obras de infraestrutura destinadas às concessões e aos serviços públicos de transporte, sistema viário, inclusive aquele necessário aos parcelamentos de solo urbano aprovados pelos Municípios, saneamento, energia, telecomunicações, radiodifusão, bem como mineração, exceto, neste último caso, a extração de areia, argila, saibro e cascalho. A instalação da obra de arte visa à utilidade pública do empreendimento destinado ao benefício da população afetada e a utilidade pública decorre do texto normativo. A intervenção/supressão de vegetação em Área de Preservação Permanente – APP, está assegurada pelo disposto no art. 8º, da Lei 12.651, de 25 de maio de 2012 que estabelece que a intervenção ou a supressão de vegetação nativa em Área de Preservação Permanente somente ocorrerá nas hipóteses de utilidade pública, de interesse social ou de baixo impacto ambiental previstas naquela Lei.

Cabe destacar que o licenciamento em questão se enquadra como prioritário, conforme disposto no art 9º, inciso IV, do Decreto n. 697, de 03 de novembro de 2020 (processos de licenciamento ambiental de obras públicas enquadradas na norma como de utilidade pública ou interesse social).

A responsabilidade técnica pelo projeto, instalação e operação do licenciamento ambiental, dos dispositivos de controle ambiental e monitoramento ambiental é da Engenheira Ambiental e Sanitarista AMANDA DE OLIVEIRA SIMÕES (CREA nº 46640), conforme a Anotação de Responsabilidade Técnica - ART n. 1220240134716.

Foram apresentados ainda os projetos de ponte de madeira (memorial descritivo), assim como as plantas do projeto de obras de arte, com responsabilidade técnica do Engenheiro Civil SAULO NAKAMURA (CREA: SP69469716), conforme Anotação de Responsabilidade Técnica - ART n. 1220240041525.

Consta dos autos declaração de não utilização de água para o exercício da atividade. No entanto, cabe destacar que a Resolução CEHIDRO n. 42, de 11 de outubro de 2011, estabelece em seu art. 4 que fica isento de requerimento de outorga e cadastro de captação/diluição insignificante as captações de água para atendimento de situações emergenciais de combate a incêndios, assim como para a construção e/ou reforma de pontes.

No Diagnóstico Ambiental, foi apresentado estudo sucinto de caracterização dos meios físicos, bióticos e socioeconômicos. Destaca o estudo que a reforma de pontes é de grande importância para a região, auxiliando no escoamento de produtos e circulação de pessoas. Trata-se, na verdade, de uma atividade essencial, assim como a conservação do meio ambiente.

Foi apresentado o Plano de Controle Ambiental – PCA com medidas mitigadoras, compensatórias, corretivas e preventivas necessárias para manter a manutenção do equilíbrio ecológico de determinada área, em função da implantação do projeto de reforma de pontes de madeira. Foi informado pela responsável técnica que o empreendimento não necessitará de alterações do seu traçado original, conseqüentemente diminuindo/inibindo os impactos socioeconômicos e ambientais. Consta do estudo o levantamento dos possíveis impactos ambientais no meio socioeconômico, biótico e físico (positivos e negativos). Como impactos positivos foram relacionados: melhoria do sistema viário, aumento de empregos, aquecimento da economia, redução nos custos de manutenção de veículos e sinalização. Como impactos negativos constam: ruídos, variação de concentração das partículas na atmosfera, supressão vegetal, incêndios, poluição do solo, destinação de resíduos sólidos, tratamento de efluentes doméstico sanitário, fauna e controle de riscos de acidentes. Para os impactos negativos avaliados foram apresentadas as medidas mitigadoras. Conforme informado pela responsável técnica, embora a reforma das pontes de madeira tenha alguns impactos negativos, ela traz muitos benefícios, como melhorar o acesso para os moradores da região.

Foram apresentadas as seguintes declarações: declaração de não utilização de água, declaração de caracterização geral da produção, declaração de sistema de tratamento de efluentes, declaração de matéria prima, insumos e produtos químicos utilizados, declaração de estocagem de combustível e/ou produtos químicos, declaração de desmate e/ou corte de árvores isoladas e declaração de não utilização para fontes de geração de energia.

Foi apresentado plano de monitoramento da qualidade da água com o objetivo de monitorar e avaliar a qualidade da água em corpos hídricos superficiais que podem ser impactados pela execução dos serviços na área do empreendimento durante sua fase de instalação, através de análises físico-químicas de acordo com cronograma pré-estabelecido.

De acordo com o PGRS, o gerenciamento dos resíduos serão de responsabilidade da empresa executora da obra a ser licenciada. O programa visa promover o gerenciamento adequado dos resíduos sólidos que serão gerados pela reforma das pontes a fim de minimizar a produção na fonte e proporcionar o encaminhamento seguro dos resíduos. Portanto, a empreiteira que irá executar a obra ficará responsável pelo gerenciamento de resíduos que deverá contemplar todas as fases e tipos de resíduos a serem gerados. Foram relacionados os tipos de resíduos a serem gerados na obra, assim como a forma de armazenamento temporário e destinação final dos mesmos.

Conforme disposto na Lei nº 8.757/2007, "fica isenta do pagamento de licenciamento ambiental a implantação de projetos próprios ou conveniados das Prefeituras Municipais, órgãos públicos do Estado e Autarquias".

Foi prevista a instalação de canteiro de obras para suporte na reforma das pontes. No entanto, cabe destacar que a instalação de canteiro de obras no local da atividade depende de licenciamento próprio, conforme disposto no Decreto n. 1.585, de 21 de dezembro de 2022, pois trata-se de outra atividade.

Conforme disposto no Decreto nº 697/2020, art. 65, §4º, a LAS independe de vistoria prévia, contudo, deverá ser realizada vistoria de monitoramento e fiscalização da atividade licenciada.

Com base na análise da documentação apresentada pelo interessado, somos favoráveis pela aprovação da instalação e operação da atividade, nos termos em que foi apresentado, e emissão da Licença Ambiental Simplificada - LAS.

## 5. CONCLUSÃO

Considerando as informações prestadas pela responsável técnica, Engenheira Ambiental e Sanitarista, **AMANDA DE OLIVEIRA SIMÕES (CREA nº 46640)**, conforme a Anotação de Responsabilidade Técnica - ART n. 1220240134716, bem como por toda documentação trazida aos autos;

Considerando as informações consultadas na base geográfica da SEMA/MT e informações disponíveis no e-SAC;

Diante disso, nosso **PARECER É FAVORÁVEL** à liberação da Licença Ambiental Simplificada - LAS, para o interessado **PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BRASILÂNDIA**, inscrita sob **CNPJ: 15.023.963/0001-88**, que solicitou a Licença Ambiental Simplificada (LAS) para a atividade de **CONSTRUÇÃO E/OU SUBSTITUIÇÃO DE PONTILHÕES, PONTES E DEMAIS OBRAS DE ARTE**, sobre os afluentes do Rio Aricá e do Rio Embira Branca, ambos pontos localizados em estradas vicinais na zona rural do município de Nova Brasilândia/MT. Os empreendimentos serão instalados nas proximidades das coordenadas geográficas de referência: Afluente do Rio Aricá (14°34'55.20"S e 55°6'44.80"O) e Rio Embira Branca (14°58'43.00"S e 54°57'11.40"O).

Salientamos que a Licença não dispensa e nem substitui Alvarás ou Certidões de qualquer natureza exigida pela Legislação Federal, estadual ou Municipal.

A licença ambiental será suspensa quando constatada a prática de infração ou descumprimento de condicionantes de validade da LAS, conforme disposto na Lei complementar nº 592/2017 e no Decreto nº

697/2020.

A Renovação da Licença Ambiental Simplificada – LAS deverá ser requerida com antecedência mínima de 120 (cento e vinte) dias, contados da data de expiração de seu prazo de validade, conforme prevê o Art. 31 § 5º da LC 592/17.

Por fim, informamos que o empreendimento está passível de vistoria “*in loco*”, a qualquer momento, sem aviso prévio.

## 6. CONDICIONANTES:

A validade da Licença está condicionada ao cumprimento fiel do projeto proposto e ao pleno cumprimento das condicionantes abaixo:

**6.1** Apresentar relatório anual de monitoramento da atividade, com comprovação de destinação de resíduos gerados no local;

**6.2** Manter controle sobre resíduos sólidos, gasosos e líquidos gerados no local, bem como em atendimento aos planos de monitoramento e/ou programas ambientais apresentados;

**6.3** Fica terminantemente proibida a queima de resíduos do processo produtivo e/ou doméstico a céu aberto, como simples forma de descarte;

**6.4** Não depositar resíduos em locais que possa causar danos ou riscos aos recursos hídricos e /ou pessoas, com atendimento à Política Estadual de Resíduos Sólidos, bem como a Resolução CONAMA nº 313, de 29 de outubro de 2002;

**6.5** É proibida a realização de supressão vegetal sem autorização prévia do órgão ambiental;

**6.6** Na eventualidade de acidentes, especialmente nos casos em que devido a vazamentos, advenham riscos de poluição ambiental, a SEMA deverá ser informada, sem prejuízo de outras autoridades envolvidas;

**6.7** Deverão ser seguidos rigorosamente todas as medidas mitigadoras de impactos previstas para a implantação e manutenção da área, sendo que, quaisquer alterações nas informações prestadas com relação à atividade deverão ser precedidas de anuência da SEMA/MT;

**6.8** O canteiro de obra deve ser objeto de licenciamento próprio, não sendo em conjunto com o presente licenciamento.

Este é o nosso parecer, SME.

Cuiabá - MT, 24 de setembro de 2024



Governo do Estado de Mato Grosso  
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE

CI Nº 06429/2024/CLABI/SEMA

Cuiabá/MT, 23 de setembro de 2024

Ao (À) COORDENADORIA DE UNIDADES DE CONSERVACAO

**Assunto:** Empreendimento localizado em APA

Prezado (a) Coordenador (a),

Vimos através deste, informar que se encontra em trâmite na Secretaria de Estado do Meio Ambiente - SEMA/MT, o requerimento de Licença Ambiental Simplificada (LAS), cujas identificação e localização estão listadas abaixo.

**Nome do Interessado:** PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BRASILÂNDIA (CNPJ/CPF: 15.023.963/0001-88).

**Número do processo SEMA:** 7001056/2024 (E-SAC).

**Atividade requerida:** Construção e/ou substituição de pontilhões, ponte e demais obras de arte.

**Coordenadas geográficas da ponte:** 14°34'55,20"S e 55°06'44,80"W.

**Informações do empreendimento:** Trata-se de atividade de construção e/ou substituição de pontilhões, ponte e demais obras de arte sobre afluente do Rio Aricá, situado nas coordenadas geográficas 15°34'55,20"S e 55°06'44,80"O, localizado na zona rural do município de Nova Brasilândia. Será realizada a reforma da ponte de madeira existente, com dimensão declarada de 10,50m de comprimento e 4,50m de largura.

**Situação:** A ponte de madeira a ser reformada se encontra instalada em Área de Proteção Ambiental das Cabeceiras do Rio Cuiabá, cuja unidade de conservação pertence ao Grupo de Uso Sustentável, sob jurisdição do Estado de Mato Grosso, localizada no Município de Nova Brasilândia.

Conforme o disposto na Resolução CONAMA Nº 428/2010, Art. 5º, nos processos de licenciamento ambiental de empreendimentos não sujeitos a EIA/RIMA o órgão ambiental licenciador **deverá dar ciência ao órgão responsável pela administração da Unidade de Conservação (UC).**

Considerando o Parecer nº 133/SUBPGMA/2021, no licenciamento de empreendimentos não sujeitos a EIA/RIMA, **basta que o setor/órgão licenciador dê ciência ao setor/órgão responsável pela administração da UC.**

Portanto, solicitamos a **ciência e/ou manifestação** deste setor quanto ao empreendimento localizado em área especial. Segue em anexo o mapa de localização do

[Classif. documental] 842.14



Assinado com senha por CLEBER SOARES JARDINI - 23/09/2024 às 12:04:11 e MARIA CRISTINA DA SILVA RAMOS - 23/09/2024 às 17:20:25.  
+0 Pessoas - Para verificar todas as assinaturas consulte o link de autenticação.  
Documento Nº: 20979776-370 - consulta à autenticidade em  
<https://www.sigadoc.mt.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=20979776-370>



SEMACIN202406429A





Governo do Estado de Mato Grosso  
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE

empreendimento em relação à Unidade de Conservação.

Colocamo-nos a disposição para quaisquer informações adicionais que se fizerem necessárias.

Atenciosamente,

CLEBER SOARES JARDINI  
ANALISTA DE MEIO AMBIENTE L 10083/2014  
COORDENADORIA DE LICENCIAMENTO DE ATIVIDADES DE BAIXO IMPACTO

MARIA CRISTINA DA SILVA RAMOS  
COORDENADOR  
COORDENADORIA DE LICENCIAMENTO DE ATIVIDADES DE BAIXO IMPACTO



Assinado com senha por CLEBER SOARES JARDINI - 23/09/2024 às 12:04:11 e MARIA CRISTINA DA SILVA RAMOS - 23/09/2024 às 17:20:25.  
+0 Pessoas - Para verificar todas as assinaturas consulte o link de autenticação.  
Documento Nº: 20979776-370 - consulta à autenticidade em  
<https://www.sigadoc.mt.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=20979776-370>



SEMACIN202406429A